

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 03 de novembro de 2008.

Edição nº 067

Nesta edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos2

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contrato e convênios.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

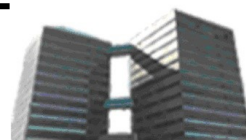
Boletins.....4



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 067

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

**PORTARIA Nº 0154/2008-PF
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 67 do Código Civil e 1.203 do Código de Processo Civil, combinados, resolve aprovar a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO DE PAIS PRÓ-SAÚDE MENTAL INFANTIL - FUPASMI**, com sede na cidade de Porto Alegre, de conformidade com o que consta do Processo PR.00958.05268/2008-1.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de outubro de 2008.

ISABEL DIAS ALMEIDA,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

**PORTARIA Nº 160/2008-PF
APROVAÇÃO ESTATUTÁRIA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 1200, do Código de Processo Civil e 66 do Código Civil, combinados, resolve aprovar o Estatuto da **FUNDAÇÃO ÂNGELO BOZZETTO**, com sede no Município de Faxinal do Soturno, em conformidade com o que consta no Processo PR.00031.00786/2008-8.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2008.

ISABEL DIAS ALMEIDA,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 3105/2008

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no Artigo 200 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar para apurar fatos contidos no expediente, SPU 01055.00191/2008-0.
 2. Designar os servidores João Luiz Pinto Costa, matrícula 1495 1061, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais R, como Sindicante; Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto, matrícula 1459 0700, Assessor Especial I, como Secretário.
- DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de outubro de 2008.

ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

JORGE ANTÔNIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral.

BOLETIM Nº 435/2008

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- a Dra. DIOLINDA KURRLE HANNUSCH, Promotora de Justiça de entrância intermediária, matrícula nº 1324 4060, para, nos termos do Artigo 5º do Provimento 12/2008, coordenar a Rede Ambiental do Rio Ijuí (Port.3072/08).

- o Dr. JOÃO FÁBIO MUNHOZ MANZANO, Promotora de Justiça de entrância intermediária, matrícula nº 1496 3477, para, nos termos do Artigo 5º do Provimento 12/2008, coordenar a Rede Ambiental do Butuí-Icamaquã-Piratinim (Port.3073/08).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da Dra. DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA, Promotor de Justiça de entrância intermediária, matrícula nº 1399 0047, registrada no Boletim 033/2005, publicado no D.O.J. de 14/01/2005, referente ao quinquênio de efetividade de 01/02/1995 a 30/01/2000, em conformidade com a Lei nº 10.098/94 (Requerido em 13-/10/2008 –PR.00740.00071/2008-7 - Port.3065/08).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da Dra. DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA, Promotor de Justiça de entrância intermediária, matrícula nº 1399 0047, registrada no Boletim 075/2005, publicado no D.O.J. de 15/02/2005, referente ao quinquênio de efetividade de 31/01/2000 a 28/01/2005, em conformidade com a Lei nº 10.098/94 (Requerido em 13-/10/2008 –PR.00740.00071/2008-7 - Port.3066/08).

REMOVER

- por antiguidade, para o cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sarandi, de entrância inicial, o Dr. JULIANO GRIZA, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul, de entrância inicial, matrícula nº 1495 6578 (Edital 165/08 - PR.00975.00039/2008-0).

- por antiguidade, para o cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre, de entrância final, a Dra. MARIA LÚCIA KURTZ AMANTINO RODRIGUES DA SILVA ALGARVE, 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional da Restinga de Porto Alegre, de entrância final, matrícula nº 1275 0352 (Edital 173/08 - PR.00975.00047/2008-3).

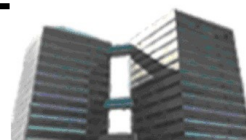
- por merecimento, para o cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, de entrância inicial, a



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 067

Dra. LUZIHARIN CAROLINA TRAMONTINA, 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, de entrada inicial, matrícula nº 1496 3264 (Edital 166/08 - PR.00975.00040/2008-8).

- por antiguidade, para o cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, de entrada inicial, o Dr. LEANDRO CAVERDE PEREIRA, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, de entrada inicial, matrícula nº 14956241 (Edital 167/08 - PR.00975.00041/2008-6).

- por merecimento, para o cargo de 23º Procurador de Justiça Cível com atuação preferencial perante a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, o Dr. AFONSO ARMANDO KONZEN, Procurador de Justiça Substituto, matrícula nº 1246 4783 (Edital 174/08 - PR.00975.00048/2008-1).

- por merecimento, a contar de 03 de novembro de 2008, para o cargo de 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, de entrada final, o Dr. CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA, 13º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre, de entrada final, matrícula nº 1275 0530 (Edital 172/08 - PR.00975.00046/2008-5).

PROMOVER

- por merecimento, para o cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, de entrada intermediária, o Dr. FELIPE TEIXEIRA NETO, 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, de entrada inicial, matrícula nº 1495 5849 (Edital 170 - PR.00975.00044/2008-0).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de novembro de 2008.

MILTON FONTANA,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 437/2008

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- a contar de 03 de novembro de 2008, BRUNA GERHARDT SILVA para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste Órgão (Port. 3056/08).

RETIFICAR

- O Boletim 430/2008 publicado em 28/10/2008 para constar que ROBERTO JÚNIOR DOS SANTOS MACHADO DA LUZ foi habilitado para tomar posse no cargo de Secretário de Diligências, e não como constou.

ALTERAR

- o nome de CARMEN JUCINARA DA SILVEIRA, matrícula nº 1267 9127, para CARMEN JUCINARA DA SILVEIRA PASQUALI, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de novembro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 9836-09.00/07-1 TOMADA DE PREÇOS Nº 14/07

CONTRATADA: RETOKESUL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do prazo para a conclusão e entrega da obra, por mais 02 (dois) meses, a contar de 28 de novembro de 2008, e da vigência contratual da obra, por mais 02 (dois) meses, a contar de 19 de janeiro de 2009; desdobramento da última parcela do cronograma físico-financeiro em 03 (três) parcelas; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57, § 1º, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de outubro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO PROCESSO Nº 001120-09.00/05-1

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, CNPJ nº 88.288.105/0001-39; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 14/04/2008; Mauro Henrique Renner, Procurador-Geral de Justiça, Antônio Carlos Barum Brod, Diretor-Geral.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de novembro de 2008.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO PROCESSO PR.01075.05267/2008-9

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e a Faculdade Atlântico Sul de Rio Grande, mantida pela Anhanguera Educacional, CNPJ nº 05.808.792/0036-79; **OBJETO:** Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 10/10/2008; Mauro Henrique Renner, Procurador-Geral de Justiça, Danilo Drevnovicz Menezes, Diretor Executivo da Faculdade.

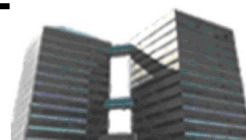
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de outubro de 2008.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 067

SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 10014-09.00/08.6 PREGÃO Nº 47/08

A **DIREÇÃO-GERAL**, da Procuradoria-Geral de Justiça, torna público que, em atenção ao procedimento licitatório acima, foi assinada ata de registro de preços unitários dos materiais abaixo, com o fornecedor que segue:

FORNECEDOR: MARCOS AURÉLIO COLLAÇO – EPP, representado por Marcos Aurélio Collaço
CNPJ nº 81.431.777/0001-02

ENDEREÇO: Rua Valentin Bosa Filho, 170, Curitiba, PR, CEP 82400 130, telefone nº 41 3273 3055, e mail: marco-re@turbo.com.br.

ITEM	MATERIAL E MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.
3	Papel p/fac símile DATAPEL	700	3,10
7	Caneta marca-texto amarela SHOEBURG	4.000	0,44
8	Caneta marca-texto laranja SHOEBURG	2.000	0,44
11	Clips nº 2 RAFA	5.000cx	1,12
12	Cola bastão TRISS	3.000	0,50
13	Colchete nº 7 CAETHE	600cx	1,38
14	Colchete nº 10CAETHE	1.000cx	1,78
15	Disquetes 3 ½"	200cx	3,95
18	Etiqueta 67,7x99,10 COLA-CRIL	200cx	19,00
19	Etiqueta 99,10x38,10 COLA-CRIL	400cx	19,00
20	Fita crepe FITASA	500rl	4,40
21	Fita marrom FITASA	1.000rl	1,53
24	Pasta c/elástico TIMPEL	500	1,10
26	Pilha AAA MAXELL	600	1,20
28	Umedecedor de dedos CENTRAL	1.000	3,09

PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 ano; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubricas 3009 e 3013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2008.

JORGE ANTÔNIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 10/2008 - CAOMA

O **COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

AGUDO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00710.00029/2008 pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo/RS, tendo por finalidade investigar "destruição de floresta nativa, em área considerada de preservação permanente (0,03 hectares), sem autorização do órgão ambiental competente, gerando 8m3 de lenha das espécies angico, camboatá e canela".

ARROIO DO MEIO

1) Inquérito Civil nº 00715.00008/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio/RS, tendo por finalidade investigar "poluição atmosférica praticada pela empresa de beneficiamento de madeira."

2) Inquérito Civil nº 00715.000025/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio/RS, tendo por finalidade investigar "perturbação do sossego causado pela poluição sonora produzida pelo estabelecimento "Bailão 2001".

ARROIO GRANDE

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 017/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levi-en, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande/RS, tendo por finalidade investigar "abertura e disposição irregular de resíduos sólidos".

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 00722.00072/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sávio Vaz Fagundes, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves/RS, tendo por finalidade investigar "depósito irregular de sucata e, eventual atividade sem Licença de Operação."

2) Inquérito Civil nº 00722.00073/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sávio Vaz Fagundes, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves/RS, tendo por finalidade investigar "emissão de ruído e pó derivado da atividade de carregamento e descarregamento de mercadorias pela empresa".

3) Inquérito Civil nº 00722.00075/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sávio Vaz Fagundes, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves/RS, tendo por finalidade investigar "nível de pressão sonora procedente do empreendimento".

CACHOEIRA DO SUL

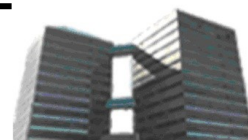
1) Inquérito Civil nº 00728.00039/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul/RS, tendo por finalidade investi-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 067

gar "dano ambiental em face das atividades de oficina mecânica".

CAMAQUÃ

1) Inquérito Civil nº 00732.00034/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Rita Campos Piterman, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã/RS, tendo por finalidade investigar "possível extração de pedras, sem licença do órgão ambiental competente".

2) Inquérito Civil nº 00732.00038/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Rita Campos Piterman, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã/RS, tendo por finalidade investigar "atividade potencialmente poluidora, sem licença ambiental, com descarte de resíduos em via pública".

3) Inquérito Civil nº 00732.00042/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Rita Campos Piterman, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã/RS, tendo por finalidade investigar "Comércio de Sucatas Universal Transporte e Locação de Muck" em funcionamento com licença de operação vencida".

4) Peça de Informação instaurado pela portaria nº 00732.00040/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Rita Campos Piterman, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã/RS, tendo por finalidade investigar "poluição sonora causada por funcionamento de casa noturna".

5) Inquérito Civil nº 00732.00041/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Rita Campos Piterman, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã/RS, tendo por finalidade investigar "extração mineral, sem licença do órgão ambiental".

CANGUÇU

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 57/2008 pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "corte de mata nativa, em área de preservação permanente, numa área de 100 m², aproximadamente 10 (dez) árvores adultas, sem licença dos órgãos ambientais".

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 56/2008 pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "focos de incêndio no mês de setembro de 2008 no Município de Canguçu detectados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INEPA".

CANOAS

1) Inquérito Civil nº 120/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz, da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas/RS, tendo por finalidade investigar "descarte irregular de efluentes por parte da empresa investigada".

2) Inquérito Civil nº 121/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz, da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas/RS, tendo por finalidade investigar "apurar eventual poluição sonora por parte da investigada".

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 165/2008 pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de

Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "poço artesiano para captação de água subterrânea sem outorga do DRH".

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 166/2008 pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "existência de unidade de triagem e classificação de materiais oriundos da coleta seletiva, sem licença ambiental".

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 167/2008 pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "existência de depósito de resíduos sólidos, sem autorização do órgão ambiental competente".

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 168/2008 pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "lançamento de esgoto/águas servidas no mar provenientes dos restaurantes e banheiros instalados na plataforma de pesca".

5) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 170/2008 pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "existência de poço artesiano para captação de água subterrânea sem outorga do DRH".

6) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 171/2008 pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Canguçu/RS, tendo por finalidade investigar "lançamento de particulados na atmosfera provenientes do uso de serragem para aterro".

CATUÍPE

1) Inquérito Civil nº 00747.00019/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin Dos Santos, da Promotoria de Justiça de Catuípe/RS, tendo por finalidade investigar "corte de 20 (vinte) árvores nativas em área de preservação permanente".

CAXIAS DO SUL

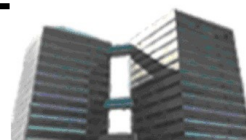
1) Inquérito Civil nº 00748.00284/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "descumprimento de licença de operação, disposição irregular de efluentes, poluição hídrica".

2) Inquérito Civil nº 00748.00288/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "corte de vegetação nativa e esgotamento de lagoas".

3) Inquérito Civil nº 00748.00289/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "queima de campo nativo".

CRISSIUMAL

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 07/2008 pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Crissiumal/RS, tendo por finalidade investigar "corte raso em uma área de 9.136 m² (nove mil cento e trinta e seis metros quadrados), composta por árvores nativas em todos os estágios sucessionais (inicial, médio, avançado), predominan-



do espécies Guajuvira, Canela-de-Veados, Angico Pitangueira, entre outras, sem autorização de órgão competente".

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 08/2008 pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Crissiumal/RS, tendo por finalidade investigar "corte raso na mata ciliar do Rio Lajeado Grande, considerada de preservação permanente, composta por árvores nativas e exóticas de pequeno, médio e grande porte das espécies Cabriúva e Eucalipto em uma área de 500 (quinhentos metros quadrados)".

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 09/2008 pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Crissiumal/RS, tendo por finalidade investigar "criação de suínos, sem o devido licenciamento ambiental, em desacordo com as determinações legais".

ENCANTADO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 26/2008 pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Crissiumal/RS, tendo por finalidade investigar "acidente com produto perigoso".

ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 00762.00185/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "corte raso de mata nativa em duas áreas distintas, totalizando 01 hectare".

2) Inquérito Civil nº 00762.00186/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "corte de árvores nativas da espécie pinheiro brasileiro, totalizando 55,39m³ de madeira".

3) Inquérito Civil nº 00762.00187/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "corte raso de árvores nativas em uma área de 0,40 hectare".

4) Inquérito Civil nº 00762.00188/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "depósito de madeira nativa sem autorização do órgão ambiental competente".

5) Inquérito Civil nº 00762.00189/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "transporte de carga perigosa sem licença de operação do órgão ambiental competente".

6) Inquérito Civil nº 00762.00190/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "corte seletivo de árvores nativas, totalizando 21,81m³ de madeira".

7) Inquérito Civil nº 00762.00195/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "poluição atmosférica decorrente das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento Sauna Clube".

FAXINAL DO SOTURNO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 044/08 pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno/RS, tendo por finalidade investigar "violação da legislação ambiental por Ivo Dalcin, consistente em extrair mineral (basalto), sem prévia autorização, de floresta considerada de preservação (encosta de morro)".

FLORES DA CUNHA

1) Inquérito Civil nº 00774.00007/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Stéfano Lobato Kaltbach, da Promotoria de Justiça de Flores da Cunha/RS, tendo por finalidade investigar "supressão de vegetação nativa em estágios inicial e médio de regeneração natural, bem como o corte de um exemplar de araucária angustifolia, ambos sem licença do órgão ambiental".

GUARANI DAS MISSOES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 008/2008 pelo Promotor de Justiça em substituição Júlio César Maggio Stürmer, da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões/RS, tendo por finalidade investigar "corte irregular de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, uso do fogo e depósito irregular de embalagens de agrotóxico".

GENERAL CAMARA

1) Inquérito Civil nº 00778.00003/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Fabiane Rios Lisardo, da Promotoria de Justiça de General Camara/RS, tendo por finalidade investigar "extração de pedra Grês, sem licença ambiental".

MONTENEGRO

1) Inquérito Civil nº 37/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro/RS, tendo por finalidade investigar "construção em Área de Preservação Permanente (APP) sem licença do órgão competente".

NÃO-ME-TOQUE

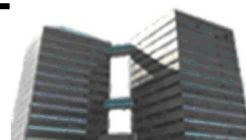
1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 16/2008 pelo Promotora de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque/RS, tendo por finalidade investigar "eventual ocorrência de dano ambiental em virtude do corte de 10 (dez) árvores nativas das espécies camboatã e canela, sem autorização do órgão ambiental competente, fora de área de preservação permanente".

NOVA PRATA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 63/2008 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar "contaminação do solo ocasionado por vazamento de despejos de suínos, oriundos da atividade de suinocultura, sem o devido licenciamento da Fepam".

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 64/2008 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar "corte de vegetação nativa dentro e fora de área de preservação permanente, sem licença dos órgãos competente".

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 66/2008 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar "possível



dano ambiental causado pelo uso de poços artesianos sem licenciamento ambiental do órgão competente”.

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 67/2008 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar “possível dano ambiental causado pelo despejo de águas contaminadas com óleos e graxas oriundos da atividade de lavagem de veículos sem denominação”.

5) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 68/2008 pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Nova Prata/RS, tendo por finalidade investigar “possível dano ambiental causado pelo despejo de águas contaminadas com óleos e graxas oriundos da atividade de lavagem de veículos”.

PINHEIRO MACHADO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 09/2008, pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado/RS, tendo por finalidade investigar “silvicultura em local não contemplado por licença”.

PORTÃO

1) Inquérito Civil nº 00943.00019/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão/RS, tendo por finalidade investigar “poluição ambiental e captação irregular de água”.

RONDA ALTA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 27/2008, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “apreensão de madeiras nativas, em razão de estarem desacompanhadas da licença ambiental”.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 28/2008, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “supressão de vegetação em estágio inicial de regeneração”.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 29/2008, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “depósito irregular de embalagens de medicamentos de uso veterinário e de agrotóxicos, o vazamento de dejetos e a contaminação do solo”.

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 30/2008, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “atividade leiteira, sem licença do órgão ambiental competente, sendo constatado o escoamento de dejetos no rio Sarandi”.

5) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 31/2008, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “Serraria instalada em área de preservação permanente e opera sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

6) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 32/2008, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “atividades agrícola e pastoril em área de preserva-

ção permanente”.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 00864.00197/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração de poço artesiano sem autorização do órgão competente”.

2) Inquérito Civil nº 00864.00199/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “poluição com descarte de resíduos líquidos e sólidos contrariando a legislação em vigor”.

3) Inquérito Civil nº 00864.00191/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “caçar e transportar animais da fauna silvestre sem permissão”.

4) Inquérito Civil nº 00864.00187/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “perfurar poço artesiano sem possuir outorga do Departamento dos Recursos Hídricos”.

5) Inquérito Civil nº 00864.00188/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “corte de árvore nativa, sem autorização do órgão competente”.

6) Inquérito Civil nº 00864.00189/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “comercializar 0,316m³ de madeira de Garapeira sem cobertura de documento de Origem Florestal”.

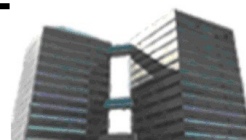
7) Inquérito Civil nº 00864.00190/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “maltratar e ferir animal domesticado, equino, contrariando a legislação em vigor”.

8) Inquérito Civil nº 00864.00192/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “transportar animais da fauna silvestre sem autorização do órgão competente”.

9) Inquérito Civil nº 00864.00193/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “depósito de lixo a céu aberto pelos condomínios”.

10) Inquérito Civil nº 00864.00194/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “lançamento de resíduos líquidos no meio ambiente sem tratamento”.

11) Inquérito Civil nº 00864.00198/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “corte de árvore em via pública sem autorização do órgão competente”.



12) Inquérito Civil nº 00864.00204/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “maus tratos a animais doméstico”.

13) Inquérito Civil nº 00864.00205/2008 instaurado pelo 2º Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria/RS, tendo por finalidade investigar “manter pássaros silvestre em cativeiro sem licença do órgão competente”.

SANTA ROSA

1) Inquérito Civil nº 13/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa/RS, tendo por finalidade investigar “possível emissão excessiva de material particulado em razão do processamento de grãos”.

2) Inquérito Civil nº 32/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa/RS, tendo por finalidade investigar “possível emissão excessiva de odores em razão do processamento de produtos de origem animal”.

3) Inquérito Civil nº 33/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa/RS, tendo por finalidade investigar “corte de vegetação nativa em área de preservação permanente sem licença do órgão ambiental competente”.

4) Inquérito Civil nº 34/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa/RS, tendo por finalidade investigar “regularidade dos poços tubulares profundos”.

SANTIAGO

1) Inquérito Civil nº 01223.00032/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Santiago/RS, tendo por finalidade investigar “corte de árvores, atingindo espécies nativas em área de preservação permanente, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente”.

2) Inquérito Civil nº 01223.00033/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Santiago/RS, tendo por finalidade investigar “corte raso e destruição de mata nativa em área de preservação permanente, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente”.

3) Inquérito Civil nº 01223.00034/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Santiago/RS, tendo por finalidade investigar “corte de árvores nativas em área de preservação permanente, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente”.

4) Inquérito Civil nº 01223.00035/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Santiago/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de mata nativa, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, em propriedade arrendada pelo investigado”.

SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 11/2008 pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, da Promoto-

ria de Justiça de Santo Antônio das Missões/RS, tendo por finalidade investigar “eventual dano ambiental decorrente do envaletamento em área de preservação permanente, sem a autorização do órgão competente”.

SÃO BORJA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 13/2008 pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja/RS, tendo por finalidade investigar “prestadora de serviços estava operando em usina de triagem de resíduos sólidos, sem licença ambiental”.

SÃO JERÔNIMO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 64/2008 pelo Promotor de Justiça Leonardo Guarise Barrios, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo/RS, tendo por finalidade investigar “corte e descapoeiramento de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração, sem o devido licenciamento ambiental”.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 65/2008 pelo Promotor de Justiça Leonardo Guarise Barrios, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo/RS, tendo por finalidade investigar “ocorrência de poluição sonora”.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 66/2008 pelo Promotor de Justiça Leonardo Guarise Barrios, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo/RS, tendo por finalidade investigar “queimada em uma área de mata equivalente a 20 ha”.

SÃO PEDRO DO SUL

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 12/2008 pelo Promotor de Justiça Davi Lopes Rodrigues Júnior, da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul/RS, tendo por finalidade investigar “extração de vegetação nativa e transformação em carvão, sem autorização do órgão ambiental competente”.

SAPIRANGA

1) Inquérito Civil nº 00901.00058/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Luciana Willig Sanmartin, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, tendo por finalidade investigar “criação irregular de suínos”.

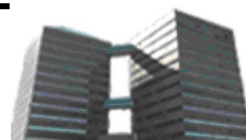
2) Inquérito Civil nº 00901.00060/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Luciana Willig Sanmartin, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, tendo por finalidade investigar “exercício da atividade de lavagem de veículos sem o devido licenciamento dos órgãos ambientais competentes”.

3) Inquérito Civil nº 00901.00063/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Luciana Willig Sanmartin, da Promotoria de Justiça de Sapiranga/RS, tendo por finalidade investigar “corte de vegetação nativa sem o devido licenciamento dos órgãos ambientais competentes”.

TAPEJARA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 24/2008 pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara/RS, tendo por finalidade investigar “corte raso de árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente”.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 25/2008 pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara/RS, tendo por finalidade investigar “corte raso de árvores nativas e uso de fogo, sem autorização do órgão



ambiental competente”.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 26/2008 pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara/RS, tendo por finalidade investigar “corte de árvores nativas em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente”.

TRÊS DE MAIO

1) Inquérito Civil nº 00916.00020/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, da Promotoria de Justiça de Três de Maio/RS, tendo por finalidade investigar “serraria, empreendimento familiar, construída na década de 40, em área de preservação permanente do Lajeado Caúna, opera sem licenciamento ambiental”.

2) Inquérito Civil nº 00916.00022/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, da Promotoria de Justiça de Três de Maio/RS, tendo por finalidade investigar “corte de árvores nativas e destruição de vegetação nativa em desacordo com licenciamento ambiental obtido”.

TRÊS PASSOS

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 26/2008 pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “decorrência da destruição, mediante corte raso, de folhosas nativas de diversas espécies, de pequeno, médio e grande porte, totalizando 1.550 m², sem autorização do órgão ambiental competente”.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 27/2008 pelo Promotor de Justiça em substituição Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Três Passos/RS, tendo por finalidade investigar “decorrência da destruição, mediante corte raso, de folhosas nativas de pequeno porte das espécies Timbó, Cambará e Vassourinha, em uma área total de 2.200 m², sem autorização do órgão ambiental competente”.

TRIUNFO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 23/2008 pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, da Promotoria de Justiça de Triunfo/RS, tendo por finalidade investigar “uso de fogo em atividade agropastoril, sem licença do órgão ambiental competente”.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 24/2008 pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, da Promotoria de Justiça de Triunfo/RS, tendo por finalidade investigar “funcionamento de empreendimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente – secagem de arroz”.

VIAMÃO

1) Inquérito Civil nº 00930.00109/2007 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Luciane Feiten Wingert, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão/RS, tendo por finalidade investigar “eventual ocorrência de dano ambiental decorrente da atividade de suinocultura, sem licenciamento do órgão competente”.

2) Inquérito Civil nº 00930.00110/2007 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Luciane Feiten Wingert, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental decorrente da abertura de canal sem autorização de órgão competente”.

3) Inquérito Civil nº 00930.0050/2007 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Luciane Feiten Wingert, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão/RS, tendo por finalidade investigar “lançamento de esgoto doméstico das residências da região”.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de Outubro de 2008.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.